

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

## A GEOGRAFIA NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS

*Dirce Maria Antunes Suertegaray*  
*Boletim Gaúcho de Geografia, 22: 7 - 16, março, 1997.*

Versão online disponível em:  
<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38359/25638>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



Portal de Periódicos  
**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

### Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - março, 1997

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

## A GEOGRAFIA NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS

Dirce Maria A. Suertegaray \*

Neste texto é nosso objetivo buscar a apreensão do conhecimento geográfico a partir de uma perspectiva histórica, no sentido de demonstrar como, ao longo de um período, séculos XVIII, XIX e XX, a Geografia articula-se com a ciência.

Uma avaliação da Geografia, nesta perspectiva, permite verificar que, para alguns geógrafos, a Geografia é uma ciência que se caracteriza pelo seu isolamento da reflexão científica. Outros, no entanto, a exemplo de Quaini e Andrade dirão que, embora a Geografia não tenha como prática a reflexão epistemológica, não pode ser entendida "fora" do contexto científico. A Geografia, então, estaria estritamente associada com as diferentes visões de mundo, engendradas pela sociedade, em diferentes momentos históricos.

Há, no entanto, uma outra forma de abordar a relação da Geografia com a ciência, muito comumente feita no contexto da Geografia Clássica, quando se entendia a Geografia como síntese ou ciência da relação homem x meio. Nesta perspectiva, admitindo-se a Geografia como ciência de articulação, dizia-se que esta estava na fronteira entre as ciências físicas e sociais e, por consequência, utilizava-se das informações dos mais variados campos do conhecimento, sejam as ciências exatas, naturais ou sociais. Não desconsiderando aqui esta perspectiva, assumiremos outra – aquela já esclarecida no início deste texto: entendemos que a Geografia, como área/disciplina específica, surge e se constrói no contexto da construção da sociedade. Ela assume, em diferentes momentos, as diferentes formas de "leitura do mundo" sistematizadas no estudo científico.

Para desenvolvermos esta perspectiva, estabelecemos como limite o século XVIII. Não desconhecemos que as idéias geográficas já eram produzidas anteriormente, ou melhor, desde a antigüidade. Limitamos a este período a relação Geografia-Ciência/Conhecimento, por ser este um momento de grandes transformações sociais e, por consequência, de mudanças na forma de concepção do mundo.

Foi também neste momento histórico que se formaram as bases da Geografia a qual terá sua autonomia, mais precisamente, no final do século XIX.

Conforme Andrade (1987) "O desenvolvimento das ciências em geral, e da Ge-

ografia em particular acelerou-se nos séculos XVIII e XIX em consequência da expansão do capitalismo". Os fatos marcantes deste período seriam a Revolução Industrial que teve origem na Inglaterra (século XVIII); a Revolução Francesa (século XVIII) e a unificação da Alemanha (século XIX). Estes fatos não podem ser considerados isoladamente, pois representam momentos do movimento social de construção e expansão do capitalismo e terão influência significativa no contexto científico. Portanto, neste contexto, o crescimento/enriquecimento da burguesia estimula o desenvolvimento técnico-científico desenvolvendo por consequência as ciências exatas. Pela necessidade do colonialismo de incorporar novas áreas ao processo produtivo iniciado na Europa, estimula-se também o conhecimento mais efetivo dos recursos disponíveis (a natureza). Tratando-se, este período, de um rompimento com a ordem anteriormente existente é "normal" que novos valores sejam assumidos, novas visões de mundo sejam elaboradas. Por isso se diz que esta é a fase, do ponto de vista do conhecimento/epistemologia, do advento do racionalismo, ou seja, do advento da Razão, do rompimento com a Metafísica, da concepção de ordem e de um mundo regulado por leis. Associa-se este momento com a corrente iluminista. Pretende-se aqui, num breve parênteses, fazer referência ao iluminismo para demonstrar que este momento não foi dominado exclusivamente por uma única racionalidade. Exemplificaremos como fez Quaini (1983) com, a compreensão neste período, das relações natureza e sociedade. Segundo este autor, analisando obras de iluministas é, neste período, que se constitui o que conhecemos e estudamos como história natural. Para Quaini (1983) "é este o projeto de uma história natural que foi fundada pelo iluminismo, integrando historicidade social e historicidade natural e partindo do pressuposto de centralidade do homem" que teria, por exemplo, influenciado Marx e Engels quando admitiram a existência de uma única ciência: a ciência da História. Esta poderia ser entendida como uma história natural e/ou social, mas nunca desarticulada uma da outra. Este exemplo serve para demonstrar que as raízes da Geografia dita "moderna" têm seus fundamentos também nesta perspectiva iluminista. Basta para isto avaliarmos as contribuições de geógrafos como Ratzel e mesmo La Blache, embora estes tenham tido também outras influências.

Feito este parênteses, retornamos à idéia mais difundida, aquela do Racionalismo como perspectiva hegemônica a partir do Iluminismo no contexto da ciência. Neste momento, faremos referência a Kant como pensador que influenciou em muito o saber geográfico. Kant (1724-1804), conforme diz Quaini (1983), concebeu uma descrição da natureza e arriscou uma história da natureza. "A descrição da natureza (estado atual da natureza) não é absolutamente suficiente para indicar as razões da multiplicidade das variedades: é necessário, embora se possa ser inimigo das opiniões não fundamentadas, arriscar uma história da natureza, que constitui uma ciência à parte que, pouco a pouco, poderia progredir de uma condição de opiniões a uma condição de conhecimento certo" (QUAINI, 1983). Mesmo admitindo a historicidade, Kant sugeria aos geógrafos a adequação ao método da observação, para

quem "observar significava organizar metodicamente a experiência". Com isto coloca as bases da superação da Geografia Física descritiva. Um outro elemento da Filosofia Kantiana que vai influenciar a Geografia é a separação da natureza e história, pois sua perspectiva enquadrava-se no interior do "iluminismo burguês" cuja característica é a progressiva separação em nível científico, do Natural e do Social. É, portanto, por estas razões que Kant é colocado como alguém que está na origem da Geografia moderna. Além de sua visão dicotomizada da relação natureza-sociedade, podemos admitir sua influência maior na Geografia Física.

O racionalismo iluminista evolui e podemos tomar como referência significativa da racionalidade deste período Comte (1798-1857). As idéias de Comte constituíram o que se denominou positivismo e suas concepções aparecem efetivamente influenciando a Geografia moderna. O positivismo compreende cinco preceitos básicos: *o real* que significa a garantia do status científico do conhecimento mediante a experiência direta da realidade, a causalidade e a busca de regularidades; *a certeza* que corresponde à apreensão do conhecimento científico através do método científico; *o princípio* que define o método científico como uma construção formal de teorias que podem ser postas à prova; *a utilidade* que expressa a idéia de que todo o conhecimento científico é utilizável e excluído de valor; *a relatividade* que consiste na consideração do conhecimento científico como inacabado e relativo (vide DEREK, 1984).

As influências das idéias inicialmente de Kant e posteriormente de Comte, neste período, vão constituir os elementos fundamentais da sistematização da Geografia dita Moderna, hoje concebida como Tradicional. E, aparecem expressas na construção dos precursores: em Humboldt (com seu empirismo raciocinado), em Ritter (com sua historicidade), em Ratzel (com sua historicidade influenciada pelas concepções totalizantes, mas, ao mesmo tempo, com a busca das regularidades), em La Blache (com seu empirismo e sua totalização). É importante, no entanto, frisar que é difícil avaliar a Geografia ou a concepção expressa por geógrafos individualmente como resultantes de um único caminho. Por isso é importante deixar expresso que Ratzel, por exemplo, sofreu influência na sua construção geográfica das idéias evolucionistas e adaptativas de Darwin, enquanto La Blache teria sido influenciado não só por idéias evolucionistas, como também pelo estrutural-funcionalismo de Durkheim.

Para finalizar esta primeira parte diremos ainda que, embora o pensamento positivista tenha sido dominante na construção da Geografia moderna, não devemos esquecer que a expansão do capitalismo foi conflituosa, gerou desigualdades sociais, conflitos entre classes, pobreza. Enfim, problemas sociais tão graves, também à época, que engendraram interpretações sociais diferentes das positivas, a exemplo do surgimento do Marxismo e o Anarquismo. Neste período, a Geografia sistematiza-se e difunde-se, em bases positivistas, mas, independentemente disto, surgem outras formas de concepção geográfica centradas na preocupação, não com o avanço técnico-científico (positivo), mas com os problemas sociais emergentes. Neste caso, faz-se referência a Reclus e Kropotkin. O primeiro não fazia separação natureza x socieda-

de e procurava as interações com os processos de ação do homem. Sua preocupação científica era, portanto, totalizante. O segundo entendia a Geografia no seu caráter de ciência natural que estudaria leis de distribuição dos fenômenos ao mesmo tempo que admitia a necessidade de estudar os homens sobre a Terra no sentido de busca de relações homem x natureza. Foram denominados geógrafos libertários e politicamente anarquistas. Daí, admitir-se com Andrade que a Geografia “tradicional” não foi neutra, não esteve por consequência isolada da sociedade e da ciência.

**As bases conceituais da Geografia “dita” positiva ou Geografia Clássica** – Não faremos aqui uma avaliação da obra de diferentes geógrafos deste período, também não faremos uma análise das diferentes escolas (nacionais). Apenas, a título de sistematização, apresentaremos aquilo que para nós constituem os fundamentos de uma Geografia dita positiva, para podermos compará-la com outras perspectivas que se estruturam ao longo do século XX. Assim, temos que a Geografia Clássica tem como objetivo a paisagem, as relações homem x meio ou o estudo das regiões. Para conceber o estudo deste objeto, partia-se da observação devendo chegar-se à sistematização (à maneira Comteana). Concebendo a paisagem com existência real, concebia-se o espaço como absoluto, bidimensional (à maneira de Newton). No entanto, para muitos (La Blache e seus discípulos) a explicação geográfica viria da compreensão histórica, o tempo era entendido na sua historicidade. Fazer Geografia, consistia então, em delimitar um espaço (paisagem, região), observá-la utilizando em grande escala o trabalho de campo como instrumento, e buscar as conexões existentes entre os elementos desta paisagem (homem x natureza) ao longo do seu processo de formação. Explicava-se a paisagem através de sua gênese. Numa outra perspectiva, buscava-se conexões entre os elementos da paisagem, num dado momento, comparando-as umas às outras, na intenção da descoberta das regularidades. Sua linguagem, diz-se, foi a linguagem verbal. Esta Geografia, hoje, conforme já dissemos, denominada de Geografia Clássica (PAUL CLAVAL), fundamentou-se no positivismo e, mais remotamente, nas idéias precursoras do iluminismo e constituiu-se num dado momento histórico, onde a necessidade emergente era a busca de recursos a serem transformados pela sociedade industrial, além do conhecimento sistematizado de outras regiões (para fins inicialmente de expansão capitalista). Esteve, portanto, atrelada às necessidades sociais da época e, como nos diz Moraes (1981, p.41) “a sistematização da Geografia, sua colocação como uma ciência autônoma, foi um desdobramento das transformações operadas na vida social, pela emergência do modo de produção capitalista. E, mais, a Geografia foi, na verdade, um instrumento da etapa final deste processo de consolidação do capitalismo em determinados países da Europa”.

**Da continuidade da Geografia x Ciência – A Geografia do pós-guerra e a de hoje** – A Geografia Clássica ou Tradicional, como vimos, surgiu num determinado contexto social, político e científico. Os fundamentos dessa Geografia, conforme a periodiza-

ção feita por um grande número de Geógrafos (MORAES, ANDRADE, CLAVAL, PEET, entre outros), perduraram até o final da II Guerra. É, portanto, este fato sociopolítico que engendra a crítica da Geografia até então estabelecida e propõe renovações. Mais uma vez estamos frente e perplexos com as transformações do mundo. É esta perplexidade que vai fazer com que os geógrafos busquem novos caminhos. Antes porém de explicitar este movimento de renovação, citaremos a título de contextualização, alguns fatos que levariam ao questionamento da Geografia:

- a destruição da Europa e a necessidade de reconstrução;
- a hegemonia dos Estados Unidos como grande potência capitalista e o consequente desenvolvimento técnico-científico;
- a consolidação e a expansão do "modo de produção" socialista implantado na União Soviética (1917) e em outros países ao longo desses primeiros "50 anos".

Estes fatos geraram, como consequência, a transformação do capitalismo concorrencial em monopolista, desenvolvido através de sucessivas crises, entre elas, a mais expressiva, a crise de 29; o surgimento da Guerra Fria (confronto bélico, porém "sutil" entre o Leste socialista e o Oeste capitalista); as guerras de cunho mais regional, a exemplo da guerra do Vietnã; o desenvolvimento em nível interno nos Estados Unidos dos direitos civis, além da pressão por parte da sociedade americana, para a finalização da Guerra do Vietnã. Resgatam-se, ainda, as desigualdades sociais internas (países ricos) e as desigualdades (internas e externas nos países pobres). E, por outro lado e como consequência da hegemonia americana e da globalização da economia, a intensificação nas conexões entre "lugares" e a exploração acelerada dos recursos, e na Europa do pós-guerra, o desencanto com a destruição e a ordem vigente.

A complexidade vivida no pós-guerra fará então com que os Geógrafos questionem seu fazer geográfico. Este questionamento, no entanto, não é simplesmente interno à Geografia, pois resulta, na verdade, das necessidades sociais e políticas deste momento histórico. Daí, dizer-se que a Geografia no seu movimento de renovação esteve, num primeiro momento, vinculada à necessidade do planejamento (é preciso reconstruir os espaços demolidos pela guerra, mas é também preciso planejar o capitalismo monopolista sob o qual a Economia se mundializa).

Preocupados, então, com a perspectiva do planejar, lançam-se os geógrafos numa grandiosa tarefa, reconstruir também a Geografia, pois passaram a perceber que a Geografia centrada na perspectiva positivista não só não explicava a realidade do momento, como também, não era instrumentalmente útil à reconstrução social.

Das críticas feitas à Geografia que vigoravam até então, surgiu o que se denominou Nova Geografia. No contexto da Geografia, o marco referencial desta inovação é o artigo de Schaefer (1953): O Excepcionalismo na Geografia, Um Estudo Metodológico. Neste artigo considerado por Derek como um proposição neopositivista na Geografia, diz o autor:

- "quem quer que rejeite o método científico, em qualquer área da Natureza, rejeita em princípio a possibilidade de predição" (SCHAEFER, 1977, p.33); e ainda,

– “a Ciência, para repetirmos novamente, procura leis. Poder-se-ia indagar então quais são as peculiaridades das leis que procuramos”. (SCHAEFER, 1977, p.35).

Estas citações bem demonstram a articulação desta perspectiva ao chamado neopositivismo, que consiste numa “inversão” ao Positivismo expresso da seguinte forma:

– “na manutenção do compromisso nomológico (indutivo), porém, a partir de uma perspectiva ‘dedutiva-nomológica’ que consiste em “substituir as leis pela teoria da qual se pode deduzir um conjunto de hipóteses que, ao ficarem conectadas com as condições iniciais, dão por resultado um acontecimento”. (DEREK, 1984, p.51).

A perspectiva neopositivista na Geografia é uma das perspectivas assumidas pelos geógrafos no século XX e aparece, particularmente no texto de Schaefer, como alternativa de análise a uma Geografia que ele denominou excepcional, pois tinha como preocupação o estudo do único (paisagem), o excepcional, o exótico.

Sintetizando Derek (1984), pode-se dizer que o neopositivismo resultou no racionalismo lógico de Popper, que substituiu a verificação conclusiva pela falseabilidade, ou seja, as teorias constituem aproximações da realidade, portanto é necessário colocá-las à prova e falseá-las sempre. O racionalismo popperiano associou-se ao instrumentalismo (princípio da utilidade da teoria) e resultou nas bases da Geografia denominada então “Nova Geografia”.

**As bases conceituais da Nova Geografia** – Diz-se então que a Nova Geografia, ao contrário da Geografia Clássica (ideográfica), torna-se nomotética, ou melhor, reestrutura-se no sentido de buscar as leis do seu objeto de estudo, que passa agora a ser definido como “organização do espaço”. Para trabalhar nesta perspectiva, concebe-se a necessidade de modelos (formulações a priori) das quais poderão ser deduzidas hipóteses para serem testadas. Neste sentido, a Geografia não só buscou modelos em autores como Von Thünen (séc. XIX) e Christaller (séc. XX), como utilizou-se de modelos advindos da Economia, a exemplo do modelo dos Pólos de Desenvolvimento de F. Perroux ou mesmo os modelos Centro-Periferia de Friedmann. Dimensionou também a concepção de espaço, associando-se à perspectiva mais abstrata do Neopositivismo, da Matemática, das novas geometrias e quiçá da Física Relativista. Passou a conceber o espaço não mais como absoluto, mas como relativo. Essa perspectiva ou concepção de espaço influenciou as novas concepções de região. As regiões, segundo Grigg (1974), passam a ser entidades abstratas definidas a partir do objetivo dos pesquisadores. A linguagem, neste contexto geográfico, foi a Matemática, a linguagem dos testes, medições, sempre com o objetivo de compreender os processos num espaço relativizado (pelo capitalismo?) e para fins de planejamento. Esta Geografia aqui sumarizada, resultante da necessidade de planejamento (pois é preciso entender como os “espaços se organizam” para poder predizer), associa-se, então, a uma nova fase do capitalismo. Assim, se a Geografia Clássica favoreceu a expansão do capitalismo, esta auxiliou-o a consoli-

dar-se, conforme opinião de Moraes (1983), através das concepções científicas e dos instrumentos a essas necessidades, atreladas.

**Os conflitos continuam...** – A articulação da Geografia com a sociedade e a ciência não é linear, no sentido de que uma corrente substitui a outra. Por esta razão, é possível reconhecer no movimento da Geografia outras influências, a exemplo da Geografia da Percepção que, para alguns geógrafos, faz parte do movimento de renovação conservadora e está associada à Psicologia do Comportamento e, para outros como Derek e Andrade, surgiu nas décadas de 60-70, e, constitui-se de um movimento também de renovação cujas bases estão predominantemente assentadas na Fenomenologia de Husserl e na própria evolução fenomenológica. Constitui, portanto, uma “corrente” de geógrafos preocupados com a condição humana “em geral”, particularmente nos Estados Unidos, àqueles que não se articularam com a Geografia Radical de base marxista.

Esta Geografia parte em linhas gerais da percepção do espaço do ponto de vista subjetivo. Seu método é o dito fenomenológico ou intersubjetivo – colocar-se no lugar de. Desta forma, nesta perspectiva, teríamos uma não separação do sujeito e do objeto. O espaço a ser estudado, seria, primordialmente, o lugar entendido não geometricamente, mas como espaço de vida sem limitações. Outras categorias trabalhadas, nesta perspectiva, são a paisagem e a região, sempre concebidas como o lugar em que estamos. O espaço e o tempo, nesta perspectiva, contêm o homem. O que é valorizado é o subjetivo. Por isso, para muitos esta Geografia é descompromissada, pois os espaços subjetivos são de uma grandiosa variabilidade. Os conceitos trabalhados são o *espaço-paisagem* e o *lugar* que se articulam no que se denomina *geograficidade*. Esta por sua vez, pode ser *topofílica* ou *topofóbica* (idéia de bom e ruim). Seria, portanto, no dizer de Moraes, uma Geografia comprometida com o status quo. No entanto, é possível também admitir a concepção fenomenológica, conforme Silva (1991), não uma nova forma de ser da Geografia, mas uma dimensão a ser considerada.

**Para finalizar... se for possível...** – Eis que precisamos dizer alguma coisa sobre o que foi denominado pelos geógrafos norte-americanos de Geografia Radical. Lembremos, no entanto, que estamos falando do século XX, de expansão, ou melhor, consolidação do capitalismo e, em consequência, de grandes conflitos e desigualdades. O reconhecimento, portanto, destes conflitos não permite linearidade à Geografia, nem neutralidade aos geógrafos. Por consequência, temos, no auge das transformações da Geografia, um movimento renovador, associado a geógrafos preocupados com os rumos da sociedade capitalista. Esta Geografia Radical, no entanto, não nasce necessariamente Radical, pois tem sua origem nos Estados Unidos. Nasce como Geografia da Denúncia, como Geografia que se propõe, conforme escreve Peet (1982), a buscar, a partir dos trabalhos de expedições de Bunge, alternativas ao planejamento estatal. Portanto, trata-se de uma Geografia Radical não radical, no sentido de ir às raízes. Isto só vai acontecer nos Estados Unidos na década



de 70, quando os geógrafos radicais (liberais) passam a preocupar-se com a necessidade de transformação de suas concepções teóricas e aderem ao Marxismo ou Materialismo Histórico como método.

Na França esta Geografia conhecida como Radical, ou comprometida com os problemas sociais é anterior. Vincula-se às formulações de Pierre George em sua Geografia Ativa, quando sugere uma forma de análise geográfica centrada nas formas de organização da sociedade. Muitos geógrafos trabalham, no caso da França, no contexto da abordagem marxista a exemplo de Tricart (1953) na busca de uma Geomorfologia Marxista (sic). Yves Lacoste é, no entanto, uma das expressões mais recentes deste pensamento. Ligado à publicação da Revista Herodote, promoveu a difusão desta perspectiva para além da França, inclusive no Brasil.

A Geografia Radical, portanto, no contexto científico vincula-se ao Marxismo, ao Anarquismo (cuja origem aparece em Reclus e Kropotkin), mas inspira-se e organiza-se em perspectivas estruturais-marxistas como o exemplo das influências de Althusser em Castells e em Milton Santos.

Neste contexto, os geógrafos veicularam os conceitos do modo de produção e formação econômico-social como categorias totalizantes para a compreensão do espaço. Milton Santos (1978), por exemplo, sugeriu o uso do conceito de formação sócio-espacial. Insere, nesse conceito, a dimensão espacial, excluída das análises sociais marxistas e mesmo por vezes estruturalistas. Admite o autor o espaço como uma quarta instância. Segundo Derek (1984) Althusser, ao ler Marx, identifica três instâncias: a econômica, a política e a ideológica. Já Milton Santos reconhece nessa quarta instância – o espaço – uma instância inerte-dinâmica. Portanto, propõe a morfologia do espaço como instância não só produzida pelas formações sócio-econômicas, mas como instância de interferência nesta, o que denominou de rugosidades espaciais. Esta forma de sistematização vem sendo hoje (década de 80) criticada, a exemplo da crítica feita por Sousa (1988) no artigo “Espaciologia: uma Objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudos-Críticos do Espaço social)”. Ao fazer esta crítica, este autor toma como referência as idéias de C. Castoriadis. Isto demonstra que a Geografia no seu movimento de renovação está sempre buscando na sociedade e no conhecimento perspectivas de transformação.

O tempo não nos permite expressar outras considerações sobre a Geografia Radical. Menciona-se, no entanto, de forma sintética a concepção de espaço, em Harvey. A intenção é demonstrar comparativamente que a Geografia, no contexto radical, privilegiou a concepção de totalidade (embora tenha na sua produção inicial excluído a natureza, enquanto dimensão do espaço geográfico). Harvey (1980), vai dizer que, filosoficamente, o espaço pode ser concebido de forma absoluta (bi-dimensional), relativo (relação entre objetos) e, ainda, relacional (uma outra dimensão da relatividade que implica em conter-se um no outro). Este exemplo demonstraria, sob a idéia de espaço, a dimensão anunciada pela Geografia Radical, ao contrário da Geografia Clássica que concebe o espaço como absoluto e da Nova Geografia que o concebe como relativo. A Geografia Radical (de Harvey) vai dizer

que o espaço é, ao mesmo tempo, absoluto, relativo e relacional. Esta perspectiva ontológica do espaço revela o caráter mais evidente dessa Geografia, a busca da compreensão da totalidade conforme já nos referimos, inserindo nessa totalidade o tempo como dimensão histórica ou na sua historicidade. Os marxistas-estruturalistas vão aceitar melhor a idéia de temporalidade.

A Geografia Radical nasce, por assim dizer, comprometida não somente com uma nova leitura do mundo de caráter não positivista, mas principalmente comprometida com a compreensão do mundo para melhor intervir, ou seja, pela praxis marxista (de um lado) e pelo liberalismo (de outro).

**Mas continuamos vivendo... sociedade x ciência e Geografia revigoram-se** – Lendo o texto de um ex-aluno, percebi que ele falava em crise da Geografia. Fiquei surpresa, mais uma vez. Crise? Ou essa crise é crônica? Não penso que hoje exista crise da Geografia, a crise seguramente é mais ampla, é social, é política, é técnico-científica e, é claro, repercute na Geografia. Não estamos sós.

Faço referência a este fato porque vejo hoje reformulações das perspectivas que fizeram o contexto da Geografia ao longo do século XX. Não nos alongaremos muito, mas citaremos dois exemplos brasileiros: o trabalho de Souza (1988) em que faz crítica às especialidades e sugere, partindo de Castoriadis, uma *totalidade aberta*, ou melhor, uma *totalidade aberta e radicalmente dialética* para o fazer geográfico: “Onde cada ato seja inesgotável em significações historicamente localizadas, e onde cada significação não possa ser objetivamente (ou seja, independentemente do curso da subjetividade histórica, socialmente determinada). Determinada enquanto parte de um todo cuja essência estrutural está à espera de um sujeito cognoscente de posse do método correto para ser descoberta”.

Outro é o trabalho de Gomes e Costa (1988) – O Espaço da Modernidade – onde os autores propõem “entrelaçar as preocupações mais recentes acerca da espacialidade com os marcos concretos do que se reveste de Modernidade”. E sugerem a incorporação de visões que passam por Foucault (Microfísica do Poder), Guattari (Cartografia do Desejo) e Mafessoli com seus “territórios tribais”.

Estes autores apresentam novas perspectivas à Geografia. Neste contexto estamos tendo o resgate de conceitos como território, paisagem, limites, por exemplo, numa outra perspectiva. É o movimento da Geografia no contexto da modernidade, neo-modernidade ou pós-modernidade. É o movimento da Geografia no contexto da perplexidade científica que, segundo Morin, encaminha-se para uma nova epistême qual seja:

– “a conjunção ou o princípio da complexidade, onde não devemos sacrificar o todo e a parte, mas estabelecer a comunicação entre ambos, o objeto e o ambiente, a coisa observada e o seu observador, ou seja, estabelecer a relação entre sujeitos e objetos, entre ciências naturais e sociais sem as reduzir uma às outras (pois nem o humano se reduz ao biofísico nem a ciência biofísica se reduz às suas condições antropossociais de elaboração)” (MORIN, 1982).

Tudo parece indicar que a Geografia efetivamente nunca esteve isolada, mas ao contrário, sempre se articulou seja em nível econômico, seja em nível social, ideológico e científico. Este resgate, talvez justifique o óbvio, mas é importante para identificar que o conhecimento não é estanque. A divisão das ciências se fez por necessidade histórica. Hoje, num outro momento, vislumbra-se mais seriamente a necessidade de conjunção.

- 
- ANDRADE, M. C. *Geografia da Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Atlas, 1987.
- CABALLERO, A. *A Filosofia através de Textos*. São Paulo, Cultrix, s/d.
- CASTORIADIS, C.; ROUANET, S. P.; CHAUI, M.; TORRES, J. C. B. e ROSENFELD, D. *A Criação Histórica*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992.
- CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo, Difel, 1982.
- CLAVAL, P. *Evolución de La Geografía Humana*. Barcelona, Oikos-Tau, 1973.
- DEREK, G. *Ideology, Science and Humam Geography / Ideologia, Ciência e Geografia Humana*. Barcelona, Oikos-Tau, 1984.
- DESCARTES, R. *Discurso sobre o Método*. São Paulo, Bisordi, s/d.
- GOMES, P. C. da C. e COSTA, R. H. O Espaço de Modernidade. *Terra Livre* (5):47-68. Marco Zero, 1988.
- GRIGG, D. Regiões, modelos e classes. In: *Modelos Integrados em Geografia Física*. (RICHARD, J., CHORLLEY HAGGETT, P. Coord. editorial), Rio de Janeiro, Livros técnicos e científicos, São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, SP, 1974.
- HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec, 1980.
- MAGCE, B. *As Idéias de Popper*. São Paulo, Cultrix, 1973.
- MORAES, A. N. R. *Geografia pequena história crítica*. 2ª edição, São Paulo, Hucitec, 1983.
- MORIN, E. *Ciência com Consciência*. Lisboa, Europa-América, 1982.
- PEET, R. *O desenvolvimento da Geografia radical nos Estados Unidos. Perspectivas em Geografia*. (CHRISTOFOLETTI, A. org.). Difel, São Paulo, 1982.
- QUAINI, M. *A Construção da Geografia Humana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo, Hucitec, 1978.
- SCHÄFER, F. O Excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico. *Boletim Geografia Teórica*, Rio Claro, 17(13):6-38. 1977.
- SILVA, A. C. Fenomenologia e Geografia. *Revista Orientação*, Departamento de Geografia – USP, São Paulo, (7):53-56. 1986.
- \_\_\_\_\_. *Geografia e lugar social*. São Paulo, Contexto, 1991.
- SOUZA, M. J. L. "Espaciologia": uma Objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudos-Críticos do Espaço Social). *Terra livre* (5):9-20, Marco Zero, 1988.
- TUAN, YI-FU. *Espaço e Lugar*. Rio de Janeiro, Difel, 1983.

---

\* Professora no Departamento de Geografia da UFRGS / Texto redigido para a prova escrita do concurso para professor titular no Departamento de Geografia da UFRGS, em janeiro de 1993.